



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

IVO INFANDE

**OBSTÁCULOS E PERSPECTIVAS PARA
ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

IVO INFANDE

**OBSTÁCULOS E PERSPECTIVAS PARA
ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio de Proença.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

IVO INFANDE

**OBSTÁCULOS E PERSPECTIVAS PARA
ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades.

Data de aprovação: 19/11/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Sérgio de Proença (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Carlindo Fausto Antonio

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROBLEMATIZAÇÃO	5
3	HIPÓTESES	6
4	OBJETIVOS	7
4.1	GERAL	7
4.2	ESPECÍFICOS	7
5	JUSTIFICATIVA	7
6	METODOLOGIA	9
7	REFERENCIAL TEÓRICO	10
7.1	O ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU: UM PANORAMA HISTÓRICO	10
7.2	DESAFIOS PARA O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR ANTES DA INDEPENDÊNCIA	13
7.3	O ENSINO SUPERIOR COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO DA GUINÉ-BISSAU	15
7.4	O PAPEL DO ESTADO NA PROMOÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	16
7.5	SITUAÇÕES POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU	18
7.6	AS DIÁSPORAS DE ESTUDANTES GUINEENSES	20
8	SUGESTÕES PARA O ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU	24
9	CRONOGRAMA	25
	REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

O ensino superior é uma questão preocupante em muitos países lusófonos e na Guiné-Bissau esse problema se torna ainda mais crítico, impactando diretamente o desenvolvimento socioeconômico da nação. Como um dos pilares fundamentais para o progresso de qualquer sociedade, a educação superior oferece aos jovens a oportunidade de se capacitarem profissionalmente e contribuírem para a criação de instituições robustas. Contudo, na Guiné-Bissau, essa realidade permanece distante, em grande parte devido à falta de infraestrutura adequada, de condições de trabalho para os profissionais da educação e às recorrentes crises nas políticas públicas, que tornam o acesso ao ensino superior inacessível para grande parte da população estudantil.

Esses aspectos afetam negativamente a capacidade de a Guiné-Bissau oferecer vagas suficientes e garantir um ensino superior de qualidade para todos. Embora o país tenha avançado em áreas como a alfabetização e expansão da educação básica, o acesso ao ensino superior continua sendo extremamente limitado, com disparidades significativas entre diferentes grupos sociais. A realidade atual é que muitos jovens guineenses veem a emigração como sua maior esperança, optando por deixar o país na busca de melhores oportunidades, seja para concluir seus estudos ou para conseguir um emprego digno.

Entre os principais obstáculos enfrentados pelos estudantes, destacam-se aqueles provenientes de áreas rurais e de famílias de baixa renda, que sofrem ainda mais com a falta de infraestrutura e de recursos educacionais adequados.

Este trabalho também visa explorar as perspectivas e possíveis soluções para promover uma maior inclusão educacional, garantindo que mais jovens, independentemente de sua origem, tenham acesso à educação superior de qualidade na Guiné-Bissau.

2 PROBLEMATIZAÇÃO

Vale aqui realçar que a Guiné-Bissau faz parte dos países que aderiram ao Programa (PNA/EPT), projeto de educação para todos. De acordo com ministério da educação (2003, p. 10) é um programa que pretende atingir objetivos qualitativos e quantitativos do

desenvolvimento do sector. É um plano de médio e longo termo, dada a importância das mudanças a produzir no subsistema de educação de base de recursos e meios a mobilizar. Sabendo que a educação é um dos pilares fundamentais no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e social, o governo decidiu adotar várias iniciativas para poder melhorar esta situação e, mesmo sabendo da sua limitação institucional, aceitou o desafio (Cá, Virgínia, 2015, p. 44).

Foram formuladas as seguintes perguntas para guiar a pesquisa:

- Qual é o papel da herança colonial para a situação atual da educação superior na Guiné-Bissau?
- A instabilidade política e econômica atual contribuem para dificultar o avanço da educação superior?
- Quais são as razões de muitos guineenses decidirem escolher outros países para estudar em relação à Guiné-Bissau?

Estas indagações têm nos incomodado como académico e Bissau-guineense e por isso decidimos elaborar este projeto de pesquisa, para apontar e compreender os obstáculos que a Guiné-Bissau enfrenta no campo da educação superior.

3 HIPÓTESES

A partir das perguntas formuladas, estas hipóteses podem ser admitidas:

- O colonialismo ainda é o principal entrave para que a Guiné-Bissau se encontre em situação precária no que diz respeito ao ensino superior.
- Contribui para o agravamento da situação educacional do país a instabilidade política, que impede a priorização do sistema educativo como um todo. A situação econômica e instabilidade política que vem abalando o país desde a sua independência também são grandes obstáculos que impossibilitam os Bissau-guineenses a acesso ao ensino superior.

- Com a falta de opções, os jovens guineenses se veem obrigados a procurar opções fora do país, o que provoca fuga de talentos, com prejuízos para o país.

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

- Analisar os principais desafios e barreiras que afetam o acesso ao ensino superior na Guiné-Bissau, considerando o contexto socioeconômico e político do país.

4.2 ESPECÍFICOS

- Apontar as causas históricas que conduziram à situação atual do sistema de ensino superior da Guiné-Bissau;
- Investigar a influência da instabilidade política e das políticas educacionais na qualidade e expansão das instituições de ensino superior no país;
- Propor sugestões e estratégias para melhorar o acesso e a qualidade do ensino superior na Guiné-Bissau, com base nos achados da pesquisa.

5 JUSTIFICATIVA

Esta proposta de pesquisa pretende analisar os obstáculos e perspectivas para acesso ao ensino superior na Guiné-Bissau. Este assunto foi marcante para o sistema educacional do país, pois no ano de 2010 foi implementada a Lei de Base do Sistema Educativo Guineense e em 2022 foi elaborado o Plano Estratégico Nacional de Educação Inclusiva para a Guiné-Bissau 2022-2028.

A necessidade de estudar este assunto surgiu quando lia um artigo sobre as dificuldades que jovens Guineenses têm para acessar o ensino superior e a contribuição da Unilab na inserção dos jovens guineenses na formação no Brasil. Ao fazer a pesquisa bibliográfica e documental sobre o assunto, me deparei com muitos obstáculos para acesso ao ensino superior no país,

através de relatórios feitos pela organização das Nações Unidas para a educação, Ciência e a Cultura (UNESCO).

Outras razões, contudo, não menos relevantes deve-se ao fato de que os meus amigos que estudamos juntos no ensino médio estão com muitas dificuldades de acessar o ensino superior, e ainda tive a experiência de ter um primo que ingressou no ensino superior primeiro em relação a mim, mas infelizmente, acabou por abandonar devido falta de condições de pagar as propinas. Existem inúmeros casos dessa natureza, de pessoas com diversas faixas etárias, alguns conseguiram acessar o ensino superior pena que não conseguiram terminar, enquanto outros nem chegaram a fechar o ensino médio. Essas situações atingem as pessoas que vivem nas zonas rurais do país. A distribuição geográfica das universidades, a dificuldade de pagar propina, o papel excludente da Língua Portuguesa são obstáculos para acesso ao ensino superior. Ou seja, mesmo sem os dados, pode-se dizer que o número de alunos que mais sofrem estes obstáculos de acesso ao ensino superior são pessoas de baixa renda, os que vivem nas zonas rurais do país. Posto isto, enquanto estudante Bissau-guineense considera necessário estudar esse fenômeno de uma forma sistemática e compreender a partir de olhar científicos os obstáculos e perespectivas para acessar o ensino superior Bissau-guineense.

Apesar de haver alguns estudos sobre o ensino superior no País, poucos (ou quase nenhum) deles têm se dedicado a fazer uma análise de ensino superior multi e interdisciplinar para analisar os obstáculos e perespectivas para acesso ao ensino superior na Guiné-Bissau. Fato que justifica a importância deste trabalho.

O trabalho poderá servir como base para futuras pesquisas, pois o país carece de estudos voltados ao assunto, sobretudo, porque o assunto requer uma análise mais eclética e abrangente. A sua realização pode trazer a relevância para os estudos do conhecimento educacional, possibilitando não só compreender os obstáculos e perespectivas para acesso ao ensino superior, como também, mecanismos que permitem romper com a reprodução das hierarquias dentro do espaço do ensino superior. Para mais, compreender não apenas os fatores econômicos, social e políticos que condicionam esse fenômeno, assim como perceber o quanto esse problema tem prejudicado o país. Ainda, vale enfatizar que o estudo poderá servir como base para ampliar as discussões legais e para aplicação das leis que visam dar acesso ao ensino superior para todos/as.

6 METODOLOGIA

A pesquisa adotará o método qualitativo-quantitativo, fundamentando-se na revisão bibliográfica, em pesquisa documental e em coleta de dados empíricos.

A pesquisa bibliográfica permitirá “conhecer, interpretar e intervir na realidade, tendo como diretrizes problemas formulados que sustentam regras e ações adequadas à constituição do conhecimento”. Segundo Gil (2008, p. 50), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir do material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Essa fase explorará literaturas acadêmicas, teses, monografias, artigos e publicações de organizações internacionais.

Também vai-se fazer uso de pesquisa documental que vai nos permitir analisar documentos primários (leis, decretos, relatórios governamentais, atas).

Será realizada coleta de dados sobre o acesso ao ensino superior na Guiné-Bissau por meio de questionários aplicados a jovens. Esses questionários buscarão compreender os obstáculos enfrentados no acesso ao ensino superior no país. Bryan (1992), citado por Flick (2009), a combinação entre diversos métodos qualitativos e quantitativos visa a fornecer um quadro mais geral da questão em estudo.

Entrevistas semiestruturadas serão conduzidas com estudantes, professores, administradores de instituições de ensino superior e autoridades educacionais. Essa etapa visa obter informações detalhadas sobre os desafios enfrentados por diferentes atores do sistema educacional. As entrevistas serão realizadas por meio de questionários compartilhados via e-mail e Whatsapp.

Após a coleta de dados, será realizada uma análise dos mesmos com o objetivo de identificar os principais obstáculos ao acesso ao ensino superior na Guiné-Bissau. O trabalho seguirá uma etapa cronológica para o desenvolvimento da pesquisa, começando pelo levantamento de dados, seguido da análise e compilação das informações. Em seguida, será feita a redação do texto, e, finalmente, o projeto será apresentado como última etapa.

7 REFERENCIAL TEÓRICO

Para a fundamentação teórica serão buscados apoios na história da colonização e nas constantes crises políticas que marcam o pós-independência, o que dificulta avanços na área da Educação. Contribuições da Pedagogia relativas ao ensino superior são consideradas e serão desenvolvidas com mais detalhes posteriormente, no decorrer da execução do projeto, conforme sugestões registradas mais à frente.

7.1 O ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU: UM PANORAMA HISTÓRICO

Na modernidade, o processo educativo é centrado na produção de conhecimento científico. Este processo constitui uma prática de transmissão de conhecimentos entre as diferentes gerações (Sucuma, 2017).

Podemos afirmar que educação é recíproca, as gerações adultas podem transmitir conhecimento às gerações mais novas tanto como as gerações mais novas podem fazer o mesmo.

Por outro lado, o processo de transmissão do conhecimento científico tem a ver com poder e é uma luta constante por adquirir mais conhecimento, e estas disputas se verificam em diferentes esferas da educação em especial no ensino superior.

Sucuma (2017), o processo de institucionalização da educação superior na África não foi fácil, o ensino superior passou por vários processos desde a idade média até aos nossos dias.

As tentativas de criação das Universidades desde os primórdios foi uma luta constante que Trindade (1999) explicou muito bem, identificando quatro períodos de surgimento e consolidação dessas instituições.

O primeiro, do século XII até o Renascimento, é o período da invenção da Universidade em plena idade média. Neste período se constitui o modelo de universidade tradicional [...]. O segundo começa no século XV, época em que universidade renascentista recebe o impacto das transformações comerciais do capitalismo e do humanismo literário e artístico [...]. A partir do século XVII, marcado por descobertas científicas em vários campos do saber e do iluminismo do século XVIII, com a valorização da razão, do espírito crítico, da liberdade e tolerância religiosas e o início da revolução industrial inglesa, a universidade começa a institucionalizar a ciência numa transição para os modelos que se desenvolverão no século XIX. O quarto período, que institui a universidade moderna, começa no século

XIX e se desdobra até os nossos dias, introduzindo uma nova relação entre Estado e universidade, permitindo que se configurem os principais padrões variantes das universidades atuais (Trindade, 1999, p. 11 *apud* Sucuma, 1999, p. 11).

Podemos perceber que a sociedade africana sempre se preocupou com o desenvolvimento humano a fim de preparar os indivíduos para desafios futuros.

A África fez parte desta construção de ensino superior desde a Idade Média, dando a sua contribuição na civilização e transmissão do conhecimento para a sociedade, segundo Aklilu Habte e Teshome Wagaw em colaboração com J. F. Ade Ajayi (1993). Check Anta Diop (1974) destacou a civilização africana no seu livro *Dois berços*. Com estes autores, podemos confirmar que a África deu grandes contribuições no que diz respeito à construção da ciência e da tecnologia humana através de excelentes trabalhos desenvolvidos pelos cientistas africanos:

O ensino superior não é fato inédito no continente africano. Presente no século XVI, a Universidade Sankore, estabelecida em Tombouctou, apresentava-se na qualidade de centro florescente de erudição e estudos, nos domínios do direito, da filosofia e da teologia. Outra instituição de comparável importância, a Universidade Al-Azhar, no Cairo, existe há mais de mil anos. Reputada originalmente pelo estudo da religião e do direito islâmico, ela continua a funcionar nos dias atuais, modernizando-se e estendendo o seu campo de ação a outras disciplinas (Habte *apud* Sucuma, 2010, p. 834).

De acordo com o citado, chegamos à conclusão de que o continente africano sempre se preocupou com o desenvolvimento humano desde os primórdios em diferentes áreas do conhecimento. Alguns países africanos tiveram universidades muito cedo, e com tempo expandiu-se para resto do continente: “Na África, a Universidade de Serra Leoa nasceu nos finais do século XVIII; a de Uganda e a primeira escola normal superior e federal no Senegal foram fundadas no início do século XIX” (Augel *apud* Sucuma, 2009, p. 137).

Pena que este processo de expansão das universidades para o resto dos países africanos chegou muito tardio nos países da colônia Portuguesa do continente africano, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé Príncipe, e Cabo Verde. Os Portugueses nunca se preocuparam a criar instituições universitárias para preparar as suas colônias a fim de ocuparem lugares-chave do país.

O medo dos europeus de haver instituições de Ensino Superior era para que os africanos não tivessem um olhar crítico contra o sistema de educação e colonização imposta; essas ideias

estão presentes e atualmente influenciam do ponto de vista político, os currículos escolares, que muitas vezes não compreendem a realidade dos países africanos (Ié, 2016, p.18).

O objetivo principal do colonizador Português era deixar a sua colônia analfabeta para poder continuar dominando. Os Portugueses dificultaram o desenvolvimento humano nas suas colônias. A França e a Inglaterra fizeram diferente de Portugal. Os dois países fizeram alguns investimentos nas suas colônias, por mais que não era o que esperavam deles, mas em relação a Portugal consideramos que era investimento:

Apenas os indivíduos de nacionalidade francesa, inglesa ou portuguesa (nata ou adquirida) tinham direito a uma educação que fosse mais além do elementar. Para Portugal, era extremamente crassa a distinção entre indígenas e os assimilados e a educação dos primeiros se limitavam ao ensino rudimentar com noções básicas de cálculo e um aprendizado superficial da língua portuguesa [...] enquanto a Gambia destinava o equivalente a 3,08 dólares para os gastos com a educação para cada habitante, Portugal disponibilizava 0,36 dólares por habitante. Enquanto Senegal já teve em 1903 a sua primeira reforma do ensino e criou em 1948 o seu primeiro estabelecimento do ensino superior e em 1953 a universidade de Dakar era institucionalizada, na Guiné somente em 1941 foi elaborado um estatuto pelo qual o ensino indígena era confiado às missões, tendo sido um ano depois confirmado o monopólio da Igreja católica; em 1948 houve uma regulamentação do ensino rudimentar na Guiné, feito três anos mais tarde e apenas em 1958 houve uma reforma de ensino secundário e a fundação de primeiro liceu (Honório Barreto) na capital do País. (Augel, 1998, p. 22-23).

A expansão do ensino superior na Guiné-Bissau foi marcada por desafios. Portugal quase não deixou nada para o país. A Guiné-Bissau depois da Independência herdou só uma escola técnica criada nos finais de ano 60, e esta escola tinha falta de recursos: professores qualificados, livros, infraestrutura e outros desafios.

O único estabelecimento de formação profissional que país herdou depois da independência foi a Escola Técnica que passou a ser a Escola Vitorino Costa, Escola fundada nos meados dos anos 60, funcionou até 1979. A Escola Técnica formava principalmente nos domínios da indústria (serralharia, mecânica, eletricidade, etc.) do comércio (contabilidade e administração) e da agricultura (regentes agrícolas) (Ministério da Educação da Guiné-Bissau, [1991] *apud* Sucuma, 2000, p. 04).

Para atender a demanda do país no que diz respeito às instituições do ensino superior, o governo pós-independência fez algumas diligências para poder criar escolas de formações para todos que queriam estudar durante o período da colonização.

7.2 DESAFIOS PARA O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR ANTES DA INDEPENDÊNCIA

Para falar de obstáculos e limites para acesso ao ensino superior é necessário relembrarmos que na Guiné-Bissau durante o processo colonial, o ensino era muito estrito, pois a maior parte da população guineense não tinha oportunidade de estudar. A educação era mais para colonizador e muitas vezes reservado para uma pequena elite guineense. Isso resultou em uma população amplamente analfabeta e sem as habilidades necessárias para o desenvolvimento profissional após a independência.

Segundo Tavares (2022) ação educativa desenvolvida por Portugal nas antigas colônias africanas está diretamente relacionada com a sua política de exploração colonial. O currículo era voltado para a civilização Portuguesa. Os alunos guineenses têm dificuldades de poder se familiarizar com o conteúdo disponibilizado pelo o colonizador.

Ié (2016, p.18) também ressalta que a administração colonial não facilitou o acesso à educação, sendo que

O medo dos europeus de haver instituições de Ensino Superior era para que os africanos não tivessem um olhar crítico contra o sistema de educação e colonização imposta, essas ideias estão presentes e atualmente influenciam do ponto de vista político, os currículos escolares, que muitas vezes não compreendem a realidade dos países africanos.

Depois da independência, o governo guineense continuou com o mesmo currículo (eurocêntrico) deixado pelos os Portugueses. Este currículo eurocêntrico não está ajudando os guineenses para poder estudar os assuntos que interessam os guineenses. As crianças crescem sem conhecer história dos heróis nacionais ou africanos.

Eu fui uma destas pessoas que esta educação portuguesa impactou. Quando estava no meu país, tudo que eu fazia espelhava o povo branco, Portugal era como paraíso para mim. No dia que eu me vesti bem (as roupas que o colonizador considera bom) eu sempre dizia, hoje vesti como um branco. Para mim, tudo que era bom pertencia ao branco. E estes pensamentos não só afetam a mim, mas muitos africanos da colônia Portuguesa, em especial os Bissau Guineenses. Esta é a idealização do colonizador para a sua colônia continua a os ver como o único caminho para o desenvolvimento ou civilização; por isso, muitos querem estudar em Portugal, o que para

algumas é um desafio (ao mesmo tempo é oportunidade), é muito urgente cultivar uma educação anticolonial que vai poder ajudar os guineenses a acreditarem nos seus potenciais.

Outro desafio é a falta de investimentos na área de Educação, na Guiné:

O fraco investimento no setor educativo tem criado avanços morosos no sistema, verificando-se que as parcelas orçamentárias destinadas a este setor de ensino geralmente são esgotadas com o pagamento de salários dos funcionários. Outro elemento interessante é a grande centralidade das escolas na capital Bissau, fato que concorre para uma elevada taxa de abandono escolar devido aos enormes custos com os transportes e às péssimas condições das estradas que ligam as cidades (Té, 2017; Malú *et al.*, 2020; Seidi *et al.*, 2021).

Os sucessivos governos que passaram na Guiné-Bissau não tomam a questão de ensino na sua totalidade de sério. As verbas para educação sempre são poucas e as Universidades são poucas e todas estão situadas em Bissau que é o capital do país. As universidades não têm condições de pagar um bom salário aos docentes e de melhorar as infraestruturas universitárias. Os docentes são mal preparados e não há política de capacitação ou de incentivar os docentes a se autoformar. O pouco salário que os docentes ganham os leva a cobrar os alunos para orientar na produção dos artigos, projeto de pesquisa científica.

As ondas de instabilidade política em que o país mergulhou nos últimos anos mexeu muito com desenvolvimento do país e em especial ensino superior. Essas vicissitudes desestruturaram toda a máquina estatal causando vários problemas (Lopes, 1982; Semedo, 2011; Sucuma, 2017; 2021).

Essa difícil situação afetou de certo modo o setor educativo em vários domínios, por exemplo: nepotismo e desvios de fundos, fragilidades na formação de professores, absentéismo, infraestrutura, abandono escolar, cobertura escolar e baixo rendimento do sistema educativo (Sucuma, 2015; Malú *et al.*, 2020; Seidi *et al.*, 2021).

Cada governo que estava no poder colocava os seus homens de confiança mesmo sabendo que os homens que têm não estão na altura de ocupara estes postos. Hoje você escuta a expressão *ke abo kuna bai kumpu Guiné? Aproveita dé.* (tradução literal: “Achas que você que vai desenvolver a Guiné-Bissau? Aproveita roubar”). Estes e outras dificuldades levam muitos alunos abandonarem o ensino superior e tentar procurar bolsa de estudo para o exterior.

7.3 O ENSINO SUPERIOR COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO DA GUINÉ-BISSAU

A educação é um dos grandes ferramentas para liberdade e desenvolvimento. Um país com grandes números de recursos humanos com nível universitários tem toda probabilidade de se desenvolver. O ensino superior melhora a forma de enxergar as coisas no mundo, ajuda as pessoas, a saber, analisar as coisas e melhora-los.

Existe, entre educação e cultura, uma relação íntima, orgânica. Quer se tome a palavra “educação no sentido amplo”, de forma e socialização do indivíduo, quer se a restrinja unicamente ao domínio escolar, é necessário reconhecer que, se toda educação é sempre educação de alguém por alguém, ela supõe também, necessariamente, a comunicação, a transmissão, a aquisição de alguma coisa: conhecimentos, competências, crenças, hábitos, valores, que constituem o que se chama precisamente de “conteúdo” da educação. (Forquin, 1993, p. 10)

O ensino superior pode ser crucial para a formação de profissionais qualificados em diversas áreas, como saúde, educação, engenharia e administração, e aumenta a capacidade do país de atender às suas próprias necessidades e reduzir a dependência de mão-de-obra estrangeira. O país com recursos humanos com nível de formação superior pode ajudar a encontrar o seu auge do desenvolvimento:

A educação não se dá apenas quanto a questões de trabalho e economia, mas também quanto a questões de justiça, liberdade social, capacitação para uma atuação democrática, de ação e de mudança, bem como a questões de poder, exclusão e cidadania. A educação, no seu melhor, trata de como habilitar os alunos a encarar seriamente a forma como eles devem viver suas vidas, defender os ideais de uma sociedade justa e agir de acordo com a esperança de uma democracia forte (Henry Giroux, 2010, p. 12).

As universidades e institutos de ensino superior são centros de pesquisa e inovação. Eles podem desenvolver novas tecnologias e soluções para problemas locais, promovendo o crescimento econômico e melhorando a qualidade de vida. Profissionais bem formados têm mais probabilidades de iniciar e gerir negócios, atrair investimentos e criar empregos. Ao proporcionar acesso a uma educação de qualidade, o ensino superior pode ajudar a reduzir a pobreza. Pessoas com maior nível de educação tendem a ter melhores oportunidades de emprego e rendimentos mais altos. O ensino superior também contribui para o fortalecimento das instituições públicas e privadas, formando líderes e gestores competentes que podem implementar políticas eficazes e promover a boa governança.

Com isso, queremos mostrar que a construção de novas instituições de ensino superior, qualificações de docentes, expansão e melhoria da qualidade, financiamento ao ensino superior, colaboração internacional e desenvolvimento socioeconômico são ferramentas importantes para melhoria de acesso ao ensino superior. A expansão das instituições de ensino vai atender tanta procura. Os acordos internacionais podem fortalecer na capacitação dos estudantes e capacitar professores. Por isso que é muito urgente o governo assumir suas responsabilidades de expandir as instituições de ensino.

7.4 O PAPEL DO ESTADO NA PROMOÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

O governo guineense desempenhou um papel muito importante no que diz respeito à expansão da educação para todo o país, em tentativa de reverter a situação provocada pelo colonizador de negar a educação ao povo guineense. O governo guineense com menos número de formados para ocupar postos necessários, fizeram cooperação com alguns países que vamos mencionar a diante.

Segundo Augel (1998, p. 24 *apud* Sanha, 2009) ao conquistar a independência, a Guiné-Bissau possuía dezessete quadros de formação média e quatorze de formação universitária. O país conseguiu sua independência com menos quadros no momento. Ao perceber isso os líderes decidiram fazer cooperações que podem ajudar o país com quadros para ocupar a função pública, para poder reverter esta situação de menos quadros no país. Sanhá (2009) as autoridades assinaram acordos de formação técnica e superior dos guineenses com seguintes países, entre quais, Bulgária, URSS, Cuba, Brasil, França, Argélia, Senegal e Portugal.

Nos finais de 1970, o partido único começou a empreender as iniciativas para criar instituições de ensino politécnico, superior e de pesquisa. O governo criou várias instituições que facilitou os guineenses a ter acesso ao ensino politécnico e superiores. A Escola Superior de Direito (ESD), criada em 1979 pelo Ministério da Justiça no âmbito de uma parceria entre Guiné-Bissau e Portugal, A Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) criada pelo Ministério da Educação em 1979 em parceria com a Cooperação Cubana, a INAFOR (instituto Técnico de Formação Profissional) que possuía quatro (04) centros de formação que são: CENFA (Centro de Formação Administrativa), hoje denominado Escola Nacional de Administração (ENA); CENFI (Centro de Formação Industrial); CEFAG (Centro de Formação Agrícola); CEFC (Centro de Formação Comunitária Experimental). Em 1986, o Ministério da Saúde criou a

Faculdade de Medicina (FM) no âmbito de uma cooperação entre a Guiné-Bissau e Cuba. Na mesma perspectiva, o Ministério da Saúde criou a Escola Nacional de Saúde (ENS) em 1974. Nos finais dos anos 70/80, em processo que se iniciou concretamente em 1979, o Ministério da Educação criou uma Escola Normal Superior “Tchico Té” que tem a vocação de formar professores de níveis básico e secundário. Em 17 de fevereiro de 1978, criou a Escola de Formação de Professores para o ensino primário. Em 1984 foi criado o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) com a finalidade de promover estudos e pesquisas nas áreas de ciências sociais humanas e naturais. O instituto é financiado pelo Governo da Guiné-Bissau, recebe apoio financeiro do Governo da Alemanha. As Nações Unidas financiam projetos de pesquisa e outros. Em termos bibliográficos, o instituto conta com uma biblioteca pública (Ministério da Educação da Guiné-Bissau *apud* Sucuma, 2000, p. 04-07).

A Criação destas instituições de ensino mostra quanto o governo guineense depois da independência estava empenhado para preparar os seus cidadãos. O partido único estava muito motivado para reverter toda a situação que os guineenses passaram durante a colonização.

De acordo com Sani e Oliveira (2014). A partir de ano 90, o governo da Guiné-Bissau começou a valorizar capacidade nacional no âmbito da formação superior para poder preencher os ministérios que o país está precisando, daí começaram as diligências para criação de uma universidade no país a partir dos anos 1980 até 1990 propostos por Carlos Lopes, ex-diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP). Em 2003 foi aberta a primeira Universidade pública do país, a Universidade Amílcar Cabral, (UAC). Ainda em 2003 foi criada a primeira universidade privada do país pelo grupo de intelectuais guineenses, a Universidade Colinas de Boé (UCB). Assim por diante, surgiram várias universidades privadas e escolas de formações como, por exemplo, em 2007 Universidades católicas da África Ocidental (UCAO), em 2008 Institutos Superiores de Gestão de Bissau (ISGB), e em 2010 Universidade Jean Piaget.

Estes grandes feitos não deram continuidade devido à instabilidade política que abalou o país.

Os políticos não souberam aproveitar este bom momento para continuar com este dinamismo de criar instituições e fazer manutenção nas instituições criadas até este momento.

O país hoje não conta mais com nenhuma escola técnica e muitas escolas de formação como de pesquisa estão numa fase de degradação. Estas escolas e faculdades que existiram antes

permitiram que a institucionalização do ensino superior tivesse uma base para abertura e funcionamento da primeira universidade pública do país. (Sucuma, 2017).

7.5 SITUAÇÕES POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau proclamou sua independência no dia 24 de setembro de 1973, e a partir deste momento o país passa a ser governado pelo partido único PAIGC.

Depois da independência os governantes não souberam garantir o triunfo da independência que foi conquistada com sangue e suor dos nossos combatentes e, como se isso não bastasse instalou-se uma crise político que abalou o país até a data presente.

O país vem atravessando momentos de graves instabilidades desde a sua independência, o histórico de golpes e assassinatos cristaliza essa prática desde anos 80 – com o primeiro golpe de estado liderado pelo então comandante Nino Vieira – até os dias atuais estes episódios de instabilidades ainda são registrados no país. Como resultado, essas instabilidades cíclicas, têm fragilizado todo o aparato estatal onde o setor da educação não foi uma exceção (Cardoso, 1995; 2002 *apud* Seide; Intumbo; Caitano, 2022).

Estas instabilidades que assolaram o país vêm dificultando o desenvolvimento do país ainda deixando alguns sem acreditar mais no ensino superior no país e maioria dos alunos preferem migrar para o exterior a procura de uma condição de vida melhor.

Para Seide *et al.* (2022), este golpe de 1980 foi justificado da seguinte forma pelo os autores de golpe: os governadores no momento eram mais de Cabo Verde, os guineenses ocupavam os lugares menos importantes, então o objetivo do golpe era de fazer reajuste no sistema governativo do país. A classe castrense sentiu-se ofendida por ter lutado na mata e depois o país está sendo dirigido pelo Cabo verde.

De acordo com Sá (2010) citado por Seide, o regime do presidente, Nino Viera falhou, porque ele foi o autor principal do golpe de 80 que tirou o presidente Luís Cabral do poder. Desde este momento, instalou-se o fator desconfiança entre os líderes guineenses. O regime de Viera pautou-se mais na perseguição dos seus adversários, torturava, matava se for possível. Estes perseguições e torturas que culminou na prisão de 17 de outubro de 1985 quando foram levados presos 60 oficiais que depois alguns não aguentavam a tortura e acabaram por morrer na prisão.

Desde este momento, o país passou por grandes discórdias entre os políticos onde ninguém confiava em ninguém, cada um lutava pela sua sobrevivência.

A primeira eleição multipartidária foi realizada em 1994 que foi ganho pelo então presidente João Bernardo Nino Viera.

Em 1991 o presidente Vieira ratificou a constituição até então vigente, que atribuía única e exclusivamente ao PAIGC a responsabilidade de dirigir e representar o povo Guineense. Nesta altura, surgiram mais de uma dezena de formações partidárias incluindo o Partido da Renovação Social (PRS), que viria a ser o maior adversário dos libertadores (M'Bundé, 2018).

Com aderença a multipartidarismo, o país ainda não conseguiu instalar um clima de paz entre os ditos políticos e culminou numa guerra civil de 7 de junho de 1998, uma intensa guerra que dividiu a classe castrense em dois blocos: os governamentais e a junta militar liderado pelo então chefe de estado maior Ansumane Mané. A causa desta guerra, o presidente João Bernardo Nino Viera exonerou o general Ansumane Mané legando suspeitas de transporte de armas de fogo para a região Senegalesa de Casamansa (M'Bunde, 2018). Depois dessa guerra em 30 de novembro de 2000 Ansumane Mané foi assassinado por causa das promoções aos chefes militares, que ele achou que o atual presidente Kumba Yala estava fazendo duma forma errada, as promoções e nomeações recaiam sempre no seu partido ou grupo étnico, desta forma Ansumane Mané removeu estas patentes dos oficiais promovidos o que provocou a sua morte (M'Bunde, 2018).

Passaram-se alguns anos, e o presidente Kumba Yala sofreu golpe presidencial no dia 14 de setembro de 2003 sob acusação de intrigas, promoção tribal e entre outros. O atual general, Veríssimo Correia Seabra que viria a ser assinado no dia 6 de Outubro de 2004 por acusação de ter desviado o fundo destinado aos soldados que participaram na manutenção da paz na Libéria e foi nomeado Tagme na Wayé.

Em 2007, o país assistiu a um novo filme de assassinato chefes militares desta vez foi Comodoro Lamine sanha chefe de estado maior de marinha de guerra. Como se não bastasse, no dia 1 de março de 2009 o Tagme na Waye o atual general foi assassinado brutalmente e na madrugada do dia seguinte o presidente da república, João Bernardo Nino Viera foi assassinado na sua residência por um grupo de militares. (M'Bunde, 2018).

Meses depois foram assassinados dois dirigentes do partido PAIGC (Baciro Dabó e Hélder Magno Proença) nas vésperas da abertura da campanha eleitoral. A causa de morte foi a discórdia com o partido e decidiu candidatar-se às eleições presidenciais do mesmo ano que iria a ser ganho pelo candidato do PAIGC, Malam Bacai Sanha que não iria terminar o seu mandato vítima de doença prolongada morreu na França. No mesmo ano, foram realizadas as eleições presidenciais que não conseguiu realizar no segundo turno por uma revolta militar dirigido pelo então general Antônio Indjai (M'Bunde, 2018).

Em 13 de Agosto de 2015 assistimos a exoneração do primeiro ministro, Domingos Simão Pereira pelo então presidente José Mario Vaz, ambos do mesmo partido PAIGC. O presidente por sua vez criou um partido de iniciativa presidencial que parou o país durante todo o seu mandato. Em 2019, o Umaro Sissoco Embaló ganhou eleições presidenciais, mas tomou posse enquanto o partido adversário está reclamando no supremo tribunal de justiça (M'Bunde, 2018).

Estes diferentes acontecimentos que assolaram o país desde a sua independência afetaram bastante o ensino superior no que diz respeito à consolidação da única universidade pública que o país tem. Cada vez que acontece uma coisa a universidade acaba sendo afetada, exemplo claro disso é acontecimento de exoneração do Domingos Simões Pereira no cargo do primeiro ministro na presidência de José Mario Vaz. Com a mudança do governo, o reitor nomeado no governo de Simões Pereira foi substituído e o mesmo aconteceu recentemente no governo de Geraldo Martins. Quando o parlamento foi dissolvido, o presidente Umaro Cissoco Embaló fez trocou o reitor. Estas trocas não ajudam na consolidação nem a expansão das Universidades e mostram como as instituições universitárias estão precariamente atreladas a interesses dos mandatários políticos, sem autonomia.

7.6 AS DIÁSPORAS DE ESTUDANTES GUINEENSES

Diante dos obstáculos para o estudo universitário em seu país, jovens em geral sonham com o estudo no exterior para a realização de sonhos profissionais, mas esse objetivo nem sempre é fácil alcançar. A maior motivação dos estudantes guineenses para estudar nas universidades estrangeiras é alcançar formação adequada que dê prestígio e porque não há alternativas viáveis no país.

Ao longo do tempo, o destino preferido sofreu variações entre Portugal, Brasil, Rússia, além dos Estados Unidos. O destino preferido continua sendo Portugal. A qualidade do ensino, o prestígio do diploma português no mercado de trabalho e, por conseguinte, a possibilidade de alcançarem, no futuro, melhores oportunidades profissionais são fatores que determinam a escolha por esse país (Doutor; Alves, 2020; Alves; Iorio, 2021; Larbi; Fu, 2017 *apud* Doutor, 2024).

A grande vantagem de estudar no estrangeiro é possibilidade de conseguir emprego nos países de origem (quando voltam), estudar com professores mais preparados a disponibilidade de mestrado e doutorado, bibliotecas bem estruturadas. Quem estuda no estrangeiro tem mais valorização pelo governo da Guiné-Bissau e pelo mercado do trabalho.

Eu estudei Letras (Língua Inglesa) em Bissau e um amigo fez o mesmo curso no Brasil; concorremos a um posto de professor numa escola e ele foi chamado para assumir o posto e me pediram para trabalhar como suplente; perguntei ao diretor o motivo disso e ele me disse que era mais valorizado um diploma estrangeiro porque lá os alunos aprendem com professores qualificados, a infraestrutura escolar é melhor. É por isso também que vários estudantes guineenses procuram Universidades estrangeiras para se formarem.

Não é fácil realizar o sonho de estudar no estrangeiro. A burocracia do país desestimula o processo de documentação, as dificuldades de adaptação em terras estrangeiras, a distância dos familiares e principalmente, a xenofobia e o preconceito racial sofrido em outros países.

As autoridades portuguesas, por exemplo, podem levar de 5 meses a 10 meses ou até um ano para emissão de visto, o que é prejuízo certo para os estudantes guineenses, inclusive de natureza pedagógica, porque se atrasam para no acompanhamento das aulas e demais atividades pedagógicas e acabam por ser reprovados. E o pior é que eles precisam pagar a propina integral (principalmente em Portugal).

Dourado (2024) entrevistou estudantes que passaram por esse processo e registra estes:

Esperei pelo visto quase cinco meses é muito tempo. Na maioria das vezes, os estudantes africanos chegam atrasados por causa do visto. Nós só chegamos cá em janeiro (Alfredo, 31 anos, Educação Especial).
Senti-me perdida, por completo! Perdi as matérias, as aulas já tinham sido dadas e os professores não iam voltar atrás. (Ester, 20 anos, Biotecnologia).

Como se todo isso não bastasse, os estudantes, ao chegarem a Portugal se deparam com uma difícil situação para se alojarem, porque alguns documentos exigidos pelo governo Português chegam a demorar até mais de um mês para serem emitidos.

Doutor (2024), por outro lado, afirma que após a chegada tardia a Portugal mais de metade dos participantes revela que se deparou com a escassez de alojamento, quer nas residências universitárias, quer na cidade de acolhimento. Tal constatação é expressa no discurso de Elson:

Quando chegamos aqui contactamos os serviços de ação social [que] nos enviaram um formulário para preencher, mas eu não consegui [quarto] porque o alojamento já estava todo ocupado desde outubro. A procura de alojamento é uma situação muito difícil (Elson, 33 anos, Gestão e Administração Escolar).

Essas dificuldades de emissão dos vistos e problemas de alojamento e obtenção dos documentos necessários em Portugal abala psicologicamente os estudantes e acaba dificultando suas capacidades de adaptação. As outras grandes dificuldades que os estudantes enfrentam segundo a entrevista que o Doutor (2024) teve com estudante Batista de 32 anos; ao dizer que era guineense fica ainda mais difícil encontrar um quarto para ficar, ele sente como se a cor de pele dele acaba não ajudando ele (racismo e preconceito) e isso acaba não ajudando a encontrar um lugar para residir.

A situação financeira, no fundo, é uma das maiores dificuldades e, por isso, muitos acabam desistindo dos seus estudos para focar mais no trabalho. Segundo Doutor (2024) na entrevista com estudante, Elson de 33 anos:

O que é difícil para nós é o preço da propina. Imagina os estudantes nacionais pagam 600 euros e nós pagamos 2000 euros. Pagamos a universidade, pago o apartamento 250 euros. Essas contas todas resultam num trabalho que tem que ser duro para conseguir cobrir toda essa situação. E todos os meses tenho que enviar para a família na Guiné-Bissau. Fico muito tempo sem comprar uma camisa, sem ir [ao] supermercado. Já fiquei meses sem comprar nada. O que importa é ter onde dormir. Isso é que importa! (Elson, 33 anos, Gestão e Administração Escolar).

Com esta fala de Elson, podemos perceber que muitos estudantes guineenses acabam perdendo ano ou desistindo dos seus sonhos devido à grande dificuldade de pagar a propina, aluguel e alimento.

Mesmo sem bibliografia para comprovar a dificuldade que os Guineenses enfrentam em outros países como Rússia, Marrocos e Estados Unidos, podemos afirmar que não tem tanta diferença. Dá para perceber que estudar fora do seu país tem grande preço a pagar.

Além de dificuldades de natureza cultural, de clima, de discriminação, de racismo e de adaptação ao novo sistema do ensino, há outra, muito importante: dificuldade linguística, sobretudo em países que não falam português, o que exige esforço extra e tempo para aprendizagem da língua do país, antes do curso regular.

Dificuldades linguísticas estão presentes mesmo em países que falam a língua portuguesa, como é o caso das universidades de Portugal e do Brasil, onde acabam sentindo dificuldade de compreensão e de assimilação de conteúdo. Jaló (2019 *apud* Doutor, 2024) refere que os próprios professores guineenses enfrentam, não raramente, dificuldade para se exprimirem em português, recorrendo, frequentemente, ao crioulo guineense para se fazerem entender. Ora, estas dificuldades linguísticas contribuem, efetivamente, para o insucesso escolar dos alunos da Guiné-Bissau (Mendes, 2022 *apud* Doutor, 2024). Assim, podemos perceber que dificuldades linguísticas acabam agravando as dificuldades dos estudantes guineenses na aprendizagem, no exterior.

É preciso considerar o caso específico do Brasil. Estudar aqui tem alguns benefícios em relação ao Portugal em termos de alojamento e alimentação. As universidades federais são gratuitas, o que facilita bastante o processo de instalação e permite ao estudante se dedicar mais aos seus estudos sem se preocupar em trabalhar, como se verifica em Portugal. A universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em particular, tem grandes vantagens em termos do currículo que está virado ao afrocentrismo. Esse currículo nos ajuda a reconectar aos nossos ancestrais e estudar sobre o nosso continente. Davide Américo estudante guineense na Unilab diz o seguinte:

O Brasil é muito bom em termos de acessibilidade às universidades federais e o alojamento é bom. Eu sou dum família humilde que depende muito do governo brasileiro, em especial presidente Lula, para realizar o meu sonho de criança de estudar na universidade. Desde que cheguei aqui não fiquei um semestre sem estudar por falta de pagar propina porque a universidade é gratuita e alimentação também. O Brasil é melhor porque o governo garante o auxílio da permanência que permite o estudante dedicar mais no seu estudo de que trabalhar (Américo, 2024).

O PAES (Programa de Assistência Ao Estudante), da Unilab, é destinado à concessão de auxílio financeiro a estudantes de graduação presencial em condições de vulnerabilidade socioeconômica, nas seguintes modalidades: alimentação, moradia, transporte, social, instalação e emergência. Esse programa de PAES tem contribuído bastante na vida dos estudantes estrangeiros.

Eu não sei o que faria sem esse programa de PAES, os meus pais não têm condição financeira por isso depois de concluir o ensino médio não pude continuar meus estudos, mas hoje isso foi possível estudando com ajuda desse programa, que favorece a permanência de estudantes africanos, guineenses em particular. Isso nem sempre acontece em outros países.

8 SUGESTÕES PARA O ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU

Sem a pretensão de ter as respostas prontas para os dilemas da educação superior na Guiné-Bissau, são listadas a seguir algumas sugestões, a partir de alguns desafios que foram apontados. Isso tem a ver com as iniciativas que precisam ser tomadas para criar oportunidades para as novas gerações, pois o governo guineense deve pensar na sua juventude e na construção de um futuro que lhe seja favorável. Seguem algumas sugestões, que devem ser aprofundadas quando o projeto for executado:

- O governo precisa construir mais Universidades públicas no capital Bissau e nas regiões do País para reduzir tanta procura que a Universidade Amílcar Cabral tem. Isso vai ajudar aqueles estudantes que não têm familiares em Bissau para poderem acessar o ensino superior.
- A infraestrutura universitária precisa ser melhorada urgentemente. As Universidades não têm internet, bibliotecas, laboratórios e isso dificulta o aprendizado dos estudantes e a prática dos professores em seus estudos e pesquisas.
- Há necessidade de capacitação dos professores para melhorar a qualidade do ensino superior, em todas as áreas.
- Os currículos de todos os níveis precisam ser modificados, conforme propõe Antonio (2015), para refletir sobre as necessidades do país e deixar de valorizar conteúdos europeus que não dizem nada sobre a realidade nacional.

- O país precisa reavaliar a posição nos programas internacionais, principalmente os gerenciados por organismos da ONU, pois atuam dificultando a emancipação econômica e científica do país.
- Adoção da língua guineense desde o início do ensino formal. O uso da língua portuguesa na escola tem sido causa de fracasso escolar e funil de exclusão social das crianças e dos jovens guineenses.
- Devem-se criar condições para evitar o êxodo de jovens para o exterior e para incentivar o retorno deles ao país, depois de formados, pois isso vai ajudar a construção de um país mais preparado para um futuro melhor.
- Há, também, urgente necessidade de criação de cursos de pós-graduação, para que haja produção de conhecimento e não apenas reprodução e para que seja introduzida a prática de pesquisa científica voltada para os interesses do país.

9 CRONOGRAMA

O projeto está previsto para ser desenvolvido em um ano, dividido em períodos bimestrais.

Etapas	1º. Bim.	2º. Bim.	3º. Bim.	4º. Bim.	5º. Bim.	6º. Bim.
Reelaboração do projeto						
Levantamento bibliográfico						
Coleta dos dados						
Análise dos dados						
Organização do roteiro						
Redação do trabalho						
Apresentação em evento científico						
Revisão/redação final/entrega						

REFERÊNCIAS

- ANHÁ, Alberto. Educação Superior em GuinéBissau. In: Seminário Internacional de educação Superior da Comunidade de países de Língua Portuguesa. PUCRS. 2009. Disponível em: www.pucrs.br/edipucrs/cplp/educacaosuperior.htm. Acesso em: 10/05/ 2013.
- ANTONIO, Carlindo Fausto. Descolonização dos currículos escolares. In: SILVA, Geranilde Costa; LIMA, Ivan Costa; MEIJER, Rebeca Alcântara da Silva. **Abordagens políticas, históricas e pedagógicas de igualdade racial no Brasil**. Fortaleza: UNILAB, 2015, p. 117-132.
- AUGEL, M. P. (2009). Desafios de ensino superior na África e no Brasil: a situação do ensino universitário na Guiné-Bissau e a construção da guineidade. *Estudos de Sociologia. Rev. Do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Da UFPE*, 15(2), 137–159. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/download/235326/28318>
- CÁ, Cristina Mandau Ocuni. **A Trajetória dos Quadros Guineenses Formados e em Formação no Brasil, na Visão de Estudantes e Profissionais de 3º Grau**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2009.
- CÁ, Cristina Mandau Ocuni. Desafios de Ensino Superior na África e no Brasil: a situação de ensino universitário na Guiné-Bissau e construção da guineidade. *Estudos de Sociologia. Rev, do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE*. v. 15. n. 2, p. 137 – 159, 2009.
- CARVALHO, Ricardo Ossagô. **Que Democracia? O processo de transição política e a atuação das forças armadas na condução da política nacional (1994-2009)**. Teresina-PI,
- CATANI, Sarah; RUBIN-OLIVEIRA, Marlize; PEZARICO, Giovanna. A educação superior e o programa reuni: uma análise a partir da percepção dos gestores da Universidade Tecnológica Federal Do Paraná – UTFPR. *Revista Espacios*, v. 35, p. 04, 2014.
- DJALO, Tchernó. Formação superior e mobilidade social na Guiné-Bissau. In: COSTA, Ana Bénard; FARIA, Margarida Lima (Orgs.). **Formação Superior e Desenvolvimento: Estudantes universitários africanos em Portugal**. Coimbra: Almedina, 2012, p. 245-272.
- DOUTOR, Catarina. Estudantes guineenses no ensino superior em Portugal: barreiras e recomendações. Algarve. Faro, Portuga REMHU, **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana** ISSN eletrônico 2237-9843 <https://www.csem.org.br/remhu> 2024.
- GOMES, Ivanildo Carlos. **Integração – desafios e perspectivas: o caso dos estudantes guineenses da UNILAB/Malês (TCC)**. São Francisco do Conde: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, 2022
- IÉ, O. A. (2016). **O ensino superior na Guiné-Bissau e as contribuições da Unilab para a formação de jovens profissionais**. (Monografia de Bacharelato em Humanidades). Ministério da
- MALÚ, E. M; SEIDI, M; CAOMIQUE. P. G. **O acesso e permanência exitosa dos estudantes no ensino superior na Guiné-Bissau (2000-2018)**. In: Cá. L. O; Farias. V. P. R;

MALÚ, E. M; SEIDI, M; CAOMIQUE. P. G. O acesso e permanência exitosa dos estudantes no ensino superior na Guiné-Bissau (2000-2018). *In: Cá. L. O; Farias. V. P. R; Medeiros. J. L; Cá. C. M. O. (Ed.) Histórias que se cruzam no além-mar: educação e memória nos espaços lusófonos*. Vol.1, Cap. 18, pp. 225-236). Alexa Cultural, 2020.

MARFOUK, A. **The African Brain Drain: Scope and Determinants**. Discussion paper 08-07, 2007. Disponível em: <http://dev.ulb.ac.be/dulbea/documents/1239>.

MENDES, Abubacar. **O uso de manuais no ensino-aprendizagem de português na Guiné-Bissau** (Dissertação de mestrado). Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2022.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO (OCDE). Relatório 2011 sobre a intervenção internacional em Estados frágeis: República da Guiné-Bissau, **OECD**. 2011. Disponível em: <http://www.oecd.org/countries/guinea-bissau/48899975>.

PINTO, Bruno César. **Transição democrática e crises institucionais na Guiné-Bissau (1994-2012): os desafios da consolidação democrática**. Campinas, SP: [s.n.], 2019.
PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO PARA TODOS (EPT), 2003, Bissau. Disponível em: www.planipolis.iiep.unesco.org/.../guinea%20bissau/.

SÁ, Franklin Gomes Correia. **Os Sucessivos Golpes no Processo de Democratização na Guiné-Bissau**. Porto Alegre. 2010.

SANCA, Natalé Augusto João; RÖWER, Joana Elisa. **Entre a Permanência no Brasil e o retorno a Guiné-Bissau: Uma análise comparativa entre estudantes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)**. Redenção: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, 2018.

SANÉ, S. (2018). **Os desafios da Educação na Guiné-Bissau**. Revista Temas em Educação, 27(1), 55-77. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2018v27n1.39717>
HYPERLINK "https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2018v27n1.39717".

SANHÁ, Alberto. **Educação Superior em Guiné-Bissau**. *In: Seminário Internacional de educação Superior da Comunidade de países de Língua Portuguesa*. PUCRS. 2009. Disponível em: www.pucrs.br/edipucrs/cplp/educacaosuperior.htm. Acesso em: 10 maio 2013.

SANI, Quecoi; RUBIN-OLIVEIRA, Marlize. Educação Superior e desenvolvimento na Guiné-Bissau: contribuições, limites e desafios. **Revista Pedagógica**, v. 16, n. 33, p. 127-152, 2014.

SEIDI, M; SANÉ, M; POLICARPO, G C; MALÚ, E. M. **O acesso à educação eficiente na Guiné-Bissau: Um direito de todos ou privilégios de alguns?** *In: Cá, C. M. O; Medeiros. SEMEDO, R. J. O Estado da Guiné-Bissau e os seus desafios político-institucionais*. *In: 7º Congresso Ibérico De Estudos Africanos*. Trabalhos apresentados. Lisboa, 2010.

SEMEDO, R. J. O Estado da Guiné-Bissau e os seus desafios político-institucionais. In: **7º Congresso Ibérico De Estudos Africanos**. Trabalhos apresentados. Lisboa, 2010.

SUCUMA, Arnaldo. **A participação do Estado e ensino superior no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau**. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, v. 1, n. 1, 2015.

SUCUMA, Arnaldo. **Política e Democracia na Guiné-Bissau pós-colonial**. *Africa Development/Afrique et Développement*, v. 46, n. 2, p. 37-70, 2021.

TAVARES, Fernando. **Os limiares críticos da educação na “África Lusófona”**. 2015.

TAVARES, Wilton Rosário Semedo. **O processo de migração dos jovens guineenses para o acesso à educação superior na UNILAB-CE (TCC)**. Redenção: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Instituto de Humanidades e Letras. 2016.

UNIÃO ECONÔMICA MONETÁRIA OESTE AFRICANA (UEMOA) – **Projeto de Apoio de Ensino Superior dos Países da UEMOA (PAES)**. Bissau, 2010.